

## Estudo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2005

# Dois terços dos municípios portugueses não têm meios suficientes para liquidar as suas dívidas

Sérgio Anibal

Em alguns municípios, os prazos de pagamentos a fornecedores superam os dois anos. Em Lisboa está quase nos 400 dias

Dois terços dos municípios portugueses enfrentam problemas de solvência graves no curto prazo que colocam em causa a capacidade para liquidarem as suas dívidas, sendo Lisboa uma das câmaras em situação mais difícil. As conclusões surgem no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2005, um projecto que será apresentado hoje e que foi realizado por quatro economistas com o patrocínio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

De acordo com a investigação realizada em relação ao ano de 2005, entre os 307 municípios analisados (apenas a Ribeira Brava não disponibilizou dados atempadamente), 227 "não dispõem, a curto prazo, de meios suficientes para a liquidação das suas dívidas". Isto significa que, na prática, podem não conseguir cumprir todos os compromissos assumidos quer perante os bancos, quer perante os fornecedores. Os autores afirmam que "esta situação de desequilíbrio financeiro se repete sucessivamente" e concluem que este cenário demonstra "o incumprimento, por parte de alguns municípios, dos princípios da mais racional utilização das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria".

### Lisboa em pior situação

Entre os vários municípios, a Câmara Municipal de Lisboa, actualmente em processo de eleições, destaca-se por apresentar, neste estudo, alguns dos indicadores mais preocupantes. É mesmo considerada como aquela que tem menor liquidez, com as dívidas a terceiros a superarem em 317 milhões de euros a soma das disponibilidades com os créditos. A diferença

em relação aos 68 milhões de euros de Gondomar, o segundo município com menor liquidez, é significativa. A cidade do Porto aparece em quarto lugar neste ranking com uma liquidez negativa de 43 milhões.

O passivo exigível de Lisboa, em 2005, ascendia aos 956 milhões de euros, um valor que ultrapassa o somatório dos cinco municípios que o seguem nesta lista. O endividamento bancário de médio e longo

prazo também é o mais elevado do país, cifrando-se em 2005 nos 490 milhões de euros.

Os problemas de solvência de muitas autarquias e a sua falta de liquidez para fazer face aos compromissos de curto prazo faz-se sentir de forma clara nos seus negócios com os fornecedores. Os autores calculam que, no final de 2005, 48 municípios acumulavam dívidas a fornecedores superiores a 50 por cento das receitas

totais do ano anterior. De acordo com a Lei das Finanças Locais, um município que se encontre nesta situação pode ser declarado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou em ruptura financeira. Gondomar lidera esta classificação com um rácio de dívidas a fornecedores de 131,2 por cento e Lisboa mantém-se entre as piores, com um valor de 72 por cento.

### Mais que 236 dias para pagar

Para além dos elevados montantes acumulados de dívida, o número de dias que algumas câmaras demoram a pagar aos seus fornecedores supera largamente aquilo que poderia ser considerado normal. De acordo com o estudo agora apresentado, 25 municípios demoram em média mais do que 236 dias a fazer os seus pagamentos. O pior caso é o de Fornos de Algodres em que os fornecedores acabam por esperar quase dois anos para verem as suas facturas pagas. Em Lisboa, o cenário não é muito melhor: a espera média por um pagamento atinge os 394 dias.

Em Gondomar, o prazo médio de pagamento contabilizado pelos autores do anuário era, em 2005, de 506 dias, o terceiro mais alto do país. Este número, a par da dívida acumulada, parece estar em contradição com as declarações feitas ontem pelo presidente do município, Valentim Loureiro, na inauguração de um novo equipamento desportivo. "Todos os fornecedores e construtores gostam de trabalhar com a Câmara de Gondomar, porque nós pagamos a tempo e horas", disse o autarca, citado pela Lusa.

As situações que dão motivo a preocupações são muitas, mas existem também vários casos de municípios com indicadores financeiros bastante tranquilizantes. Em 2005, quatro municípios pagavam aos fornecedores exactamente no mesmo dia da emissão da factura e seis registavam um acumular de dívidas aos fornecedores praticamente nulas. Entre as câmaras que se destacam neste capítulo estão a Vidigueira, Braga, Penedono e Amarante.



Lisboa demora, em média, 394 dias para pagar a fornecedores

## Conclusões

### Peso do IMI e IMT

A Câmara Municipal de Portimão foi a que maior peso das receitas provenientes de impostos (especialmente IMI e IMT) registou em 2005. Logo a seguir surgem Oeiras e Sintra. No pólo oposto estão Torres Novas, Lagos e Mafra. Um dos objectivos da nova lei das Finanças Locais é reduzir o peso das receitas relacionadas com o crescimento imobiliário.

### Orçamentos empoados

A maior parte dos orçamentos apresentados pelos municípios portugueses acaba por ficar longe da sua correcta execução. Em 2005, 25 municípios registaram graus de execução da receita orçamentada inferior a 45 por cento. Uma situação semelhante verifica-se na execução da despesa. Esta situação é explicada pela existência de "orçamentos empoados com inscrição de receitas sobreavaliadas ou com níveis elevados de incerteza na cobrança".

### Quantos funcionários são precisos?

O peso das despesas com pessoal no orçamento dos municípios portugueses vai de quase 60 por cento no Sardoal a apenas 11 por cento em São João da Pesqueira. Perante esta diferença, os autores do anuário sugerem a realização de um estudo que "sobre as reais necessidades de pessoal de uma autarquia".

### Contabilidade

O nível de implementação do Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local (POCAL) foi, em 2005, de 69 por cento, mais dois pontos que no ano anterior.

## Situação patrimonial das autarquias portuguesas em 2005

Índice de dívida a fornecedores face à receita em percentagem		Índice de endividamento líquido em pontos		Líquides em milhões de euros		Prazo médio de pagamentos em dias		Diferença entre receita líquida e despesa comprometida em milhões de euros	
<b>Mais</b>		<b>Mais</b>		<b>Mais</b>		<b>Mais</b>		<b>Mais</b>	
Gondomar	131,2	F. de Algodres	5,2	Almada	56,6	F. de Algodres	643	Viseu	10,6
Sines	121	T. de Moncorvo	5,2	Leiria	42,3	Ol. de Azeméis	520	Albufeira	6,5
Celor. da Beira	109,5	Covilhã	4,2	Amadora	23	Gondomar	506	Mafra	6,5
Sátão	108,5	Aveiro	4	Matosinhos	22,2	Mondim de Basto	472	Castelo Branco	3,4
F. de Algodres	104,9	Espinho	3,6	Ponte de Lima	14,9	Ourique	413	Elvas	2,9
<b>Menos</b>		<b>Menos</b>		<b>Menos</b>		<b>Menos</b>		<b>Menos</b>	
Pamp. da Serra	0	Almeida	0	Valongo	-36,1	Aguaiar da Beira	1	Fundão	-43,9
Mealhada	0	Pamp. da Serra	0	Porto	-43,5	Amarante	0	Aveiro	-44,6
Vidigueira	0	Elvas	0	O. de Azeméis	-53	Braga	0	Sintra	-68,2
Penedono	0	Ponte de Lima	0	Gondomar	-68,7	Penedono	0	Lisboa	-73,1
Alvito	0	Redondo	0	Lisboa	-317,6	Vidigueira	0	V. N. de Gaia	-73,5

**Finanças municipais****Câmara de  
Lisboa entre as  
piores pagadoras**

● É cerca de um ano e dois meses, mais precisamente 394 dias. É este o prazo médio que a Câmara de Lisboa demora a pagar as suas dívidas aos fornecedores. O município da capital está entre os que apresentam mais desequilíbrios financeiros, de acordo com um estudo anual feito pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

→ **Economia, 38**